
Inês Zuber

Participação e apropriação do espaço público - um estudo de caso num *Barrio* de Caracas

Aviso

O conteúdo deste website está sujeito à legislação francesa sobre a propriedade intelectual e é propriedade exclusiva do editor.

Os trabalhos disponibilizados neste website podem ser consultados e reproduzidos em papel ou suporte digital desde que a sua utilização seja estritamente pessoal ou para fins científicos ou pedagógicos, excluindo-se qualquer exploração comercial. A reprodução deverá mencionar obrigatoriamente o editor, o nome da revista, o autor e a referência do documento.

Qualquer outra forma de reprodução é interdita salvo se autorizada previamente pelo editor, excepto nos casos previstos pela legislação em vigor em França.

revues.org

Revues.org é um portal de revistas das ciências sociais e humanas desenvolvido pelo CLÉO, Centro para a edição eletrónica aberta (CNRS, EHESS, UP, UAPV - França)

Referência eletrónica

Inês Zuber, « Participação e apropriação do espaço público - um estudo de caso num *Barrio* de Caracas », *Forum Sociológico* [Online], 18 | 2008, posto online no dia 20 Julho 2012, consultado o 19 Fevereiro 2013. URL : <http://sociologico.revues.org/246>

Editor: CESNOVA

<http://sociologico.revues.org>

<http://www.revues.org>

Documento acessível online em:

<http://sociologico.revues.org/246>

Documento gerado automaticamente no dia 19 Fevereiro 2013.

© CESNOVA

Inês Zuber

Participação e apropriação do espaço público – um estudo de caso num *Barrio* de Caracas

Paginação da edição em papel : p. 39-47

Notas Introdutórias

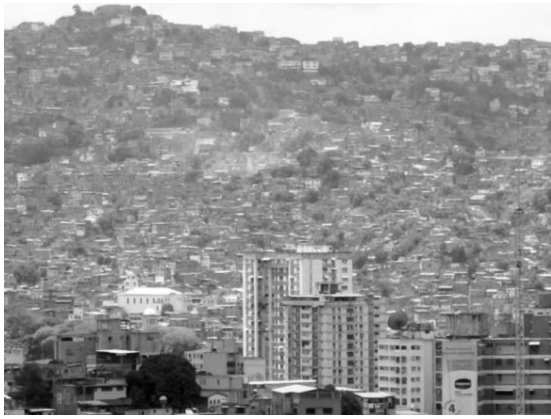
- 1 Este texto é parte de um trabalho de investigação em curso que tem como objectivo estudar as formas de participação, o processo de planeamento e os impactos na qualidade de vida dos Conselhos Comunais (CC) venezuelanos, organizações sociais de base territorial que existem neste país desde 2006. Iniciamos este artigo com uma problematização acerca das formas de organização e construção social do território da cidade de Caracas, lugar-cenário do objecto de estudo, expondo seguidamente os “objectivos legais” dos CC, e terminando com uma incursão ao objecto de estudo empírico – o CC “Dos Cerritos” do *barrio* Cotiza, em Caracas. Com recurso ao discurso directo dos nossos entrevistados, analisaremos as representações sobre o Bairro, a insegurança e as utilizações do espaço público, bem como a interferência da actividade de um Conselho Comunal organizado nas modificações dos usos e representações sobre esse mesmo espaço.
- 2 As entrevistas foram realizadas durante os meses de Março e Abril de 2009 a 8 porta-vozes do CC (4 mulheres e 4 homens), com selecção de entrevistados através do método “bola de neve” e a 9 moradores (7 mulheres e 2 homens), sendo que aqui a dispersão geográfica da habitação no sector foi um dos critérios mais importantes. Para além destas, realizámos entrevistas a diversas instituições que trabalham directamente ou indirectamente com o CC.

Área Metropolitana de Caracas – “cidade sócio-fragmentada e dividida”

- 3 O espaço sócio-territorial onde o nosso trabalho se desenvolveu, caracteriza-se, em muitos sentidos e aspectos, por uma ausência de elementos ordenadores da cidade, pela disseminação de espaços fracturados e, quando percebidos a uma escala menor, microfracturados.
- 4 A Área Metropolitana de Caracas corresponde ao conjunto de 5 municípios contíguos (Libertador, Baruta, Chacao, El Hatillo e Sucre) que formam o “Vale” de Caracas. Segundo os dados censitários de 2001 (www.ine.gov.ve), a Área Metropolitana de Caracas contava então com cerca de 3 milhões de habitantes, sendo que a maioria (66,9%) vivia no Município Libertador, que é simultaneamente o maior dos 5 ao nível da área (433Km²). Os resultados eleitorais das últimas eleições regionais de 23 de Novembro de 2008 deram à coligação afecta ao movimento apoiante do Presidente Chávez a continuidade da gestão do Município Libertador (com 53,59% dos votos, Jorge Rodriguez é o actual *Alcalde*), embora todos os restantes municípios e a própria *Alcaldía Mayor* de Caracas (o órgão político-administrativo que gere o Distrito Metropolitano) sejam actualmente governadas por forças políticas opositoras ao “chavismo”, o que, como veremos mais adiante, evidencia Caracas como um território polarizado politicamente. Embora Caracas nunca tenha sido uma cidade industrial importante, concentrou a partir dos anos 40 algumas indústrias (vestuário, calçado, artes gráficas, produtos químicos), seguindo-se depois um processo de crescente terciarização.
- 5 Em toda a Venezuela, mas também em Caracas, não podemos dissociar os processos de urbanização do modelo económico “rentista” (de renda) petrolífero que resultou em graves deformações e desigualdades sociais e económicas, as quais se espacializaram no território urbano (Antillano, 2005: 1990). Para autores como Cecília Cariola e Miguel Lacabana (2005: 23), na cidade de Caracas “existe uma fragmentação sócio-territorial heterogénea e complexa que é a característica mais evidente do efeito combinado do impacto da globalização e de factores internos nos quais o petróleo teve um papel fundamental nos processos de

reestruturação e abertura económica que deram lugar a significativas mudanças na estrutura urbana, na especialização funcional, no processo de metropolização e novos modos de vida na cidade”¹. Ou seja, se, por um lado, as dinâmicas económicas muito centradas na produção petrolífera, moldaram o espaço urbano de Caracas, os autores defendem que, a partir dos anos 80 e 90, essa segmentação territorial acentuou-se devido ao aumento dos processos de privatização, desregulação e abertura das economias nacionais aos processos da economia global, à retracção do Estado que teve como consequências o crescimento da pobreza e do trabalho informal urbano, a desregulação do mercado de trabalho, o crescimento da precariedade no trabalho, a fragilização dos sistemas estatais de segurança social.

- 6 Podemos dizer que a cidade de Caracas é tipicamente uma cidade de “contrastes”, na qual existem guetos auto-impostos e os guetos da cidade informal. A cidade informal só existe porque é habitada pelos construtores da “cidade formal”, a qual se reproduziu através da força de trabalho e massa de consumo que representaram (Negrón, 1991), sem nunca os ter incluído.
- 7 Tudo isto aconteceu num contexto em que, como veremos, os espaços públicos não cumprem o seu papel articulador e de integração colectiva porque estes foram muitas vezes resgatados para uso exclusivo de cada um dos sectores sociais e onde o “micro espaço-público” foi transformado em espaço privado nas zonas de sectores sociais altos, e abandonado nas zonas de sectores sociais baixos.
- 8 Esta cidade é uma cidade de “fragmentação sócio-territorial heterogénea e complexa” (Cariola e Lacabana, 2005: 23) uma vez que a coexistência espacial de segmentos urbanos que correspondem a espaços de *habitat* assimétricos se vai reproduzindo no mosaico da cidade, à medida que aproximamos a nossa lente de visualização do todo que a compõe. Como nos diz Luís Ribeiro, os padrões de segregação residencial passaram da *grande-escala* para a *micro-escala* e as “segmentações sociais das cidades deixaram de ser representadas inteiramente no modelo centro/periferia para outro em que o espaço da cidade deve ser representado como fractal/fracturado” (Ribeiro, 2003: 34).
- 9 Neste espaço de sucessivos e simultâneos contrastes, de diferentes sectores e classes sociais em condições de desigualdade social, os “barrios” são originariamente constituídos por migrantes que, a partir dos anos 50, se deslocam do campo para a cidade, coincidindo com períodos de desenvolvimento económico ou de mudanças políticas (Ray, 1969) – “os «pobladores» dos bairros foram incluídos enquanto serviram como construtores da cidade, mão-de-obra barata e massa votante” (Antillano, 2005: 206). Para alguns autores, a cidade dos *barrios* constitui a cidade “informal” e uma das suas principais características é que cresceu através da invasão de terrenos, com autoconstrução e, portanto, com ausência de planificação urbana, na qual os sistemas viários, de água e electricidade foram construídos pelas mesmas comunidades, sofrendo, muitas vezes, de debilidades. Cerca de 50% da população urbana da Venezuela (Antillano, 2005: 206) e cerca de 40% da população da Área Metropolitana de Caracas (AMC) (Cariola e Lacabana, 2001) vive nestas zonas precárias.
- 10 A cidade dos *barrios* tende a significar simbolicamente, para os “outros”, para os indivíduos externos ao bairro, a não-cidade, o lugar por excelência do perigo, da violência e da criminalidade e a imagem e os pré-conceitos criados em torno das suas vivências acabam por reforçar as tensões territoriais e simbólicas entre os diferentes sectores sociais – quando se pensa nos territórios dos *barrios* pensa-se no “Oeste da cidade”² onde predominam as patologias sociais da pobreza (La Rosa, 2009).

Figura 1: Vista de Petare (foto própria, Abril 2009)

- 11 Por outro lado, existe um imaginário simbólico de que o conforto e a qualidade de vida se situam no Este da cidade (La Rosa, 2009), nas zonas residenciais fortificadas dos sectores médios e altos em que os contactos sociais são mediados por guardas privados, intercomunicadores e gradeamentos diversos que impõem uma separação física com o mundo exterior que é também uma distinção de classe com uma mensagem de medo, suspeição e segregação (Caldeira, 2000: 270 e 296) e em que o espaço público é rejeitado, abandonado ou simplesmente transformado em espaço privado. Aqui, as percepções e sentimentos de insegurança tendem a fragmentar o espaço público uma vez que a segurança é identificada com a privatização (Borja citado em Castro, 2002: 58). Mas o Este da cidade é também conotado com a “zona rica” porque é aqui que se situa hoje o novo distrito negocial – *Chacao* – que funciona como segmento local da economia global, sendo um enclave dentro da cidade (Cariola e Lacabana, 2001: 5), o qual também não escapa à pobreza (tem 8,69% de pobres segundo o Censo 2001 elaborado pelo INE), o que evidencia a micro-fragmentação sócio-territorial e a existência de uma pobreza ainda mais “invisibilizada”, muitas vezes em *barrios* escondidos entre torres empresariais ou residenciais.

Figura 2: Moradia em Zona Residencial La California Norte (foto própria, Abril 2009)

- 12 No momento político actual, decorridos 10 anos de governo do Presidente Chávez, do processo político denominado de “revolução bolivariana”, parece evidente, para vários autores, que às fragmentações sócio-territoriais se acrescenta uma territorialização da polarização política em que o país vive, sendo que, tendencialmente e no “imaginário simbólico” da cidade, as áreas urbanas pobres serão “chavistas” e as residências de sectores de rendimentos médios e altos serão territórios do “antichavismo” (Hellinger, 2008). Maria Pilar García-Guadilla (2006: 41) diz-nos que o acentuar das desigualdades nos últimos 20 anos na Venezuela fez que as diferenças de classe se transformassem em luta de classes e que a polarização social e económica se transformasse em polarização política e ideológica, reforçada com as mudanças trazidas pelo processo bolivariano – “Em Caracas, as lutas pela democracia e, mais concretamente, pela denominada democracia participativa, além de se polarizarem socialmente, «espacializaram-se», expressando-se de forma dinâmica tanto nos

âmbitos privados da residência ou lar familiar como nos âmbitos públicos da rua, praças ou estradas da cidade” (García-Guadilla, 2006: 47). Na cidade descrita, em constantes tensões latentes e confrontos simbólicos (potencialmente físicos), várias áreas públicas da cidade, como ruas, praças, avenidas, auto-estradas, são apropriadas por manifestações dos diferentes grupos políticos, definindo e redefinindo as identidades associadas a estes espaços – por exemplo, as manifestações da oposição a Chávez ocupam frequentemente a Plaza Altamira, em *Chacao*, pelo simbolismo que tem e que está associado ao mundo empresarial e financeiro. Neste sentido, no exemplo das manifestações mas também na quotidianidade, falamos de apropriação do espaço público transformando-o em espaços de poder por grupos que “põem em prática estratégias de ocupação e comportamentos que visam a exclusividade” (Castro, 2002: 59).

- 13 O imaginário de uma “cidade de guerra” existirá já desde o Caracazo, em 1989, quando as populações dos *barrios* se revoltaram contra a subida de preços de produtos básicos numa enorme explosão social fortemente reprimida militarmente, e que ficou no imaginário de muitos indivíduos da classe média e alta como o “baixar dos *cerros*” (dos seus territórios de origem, das margens do “Vale”) dos “criminosos e delinquentes” (García-Guadilla, 2006: 46), com a consequente invasão dos territórios de segurança dos sectores médios e altos. E que significou, na verdade, a tomada do espaço público como forma de se fazer cidadania e reclamar essa cidadania.
- 14 No entanto, essas tensões de territorialização que acompanham o conflito sóciopolítico, aprofundado com o processo bolivariano, podem significar para autores como Cecília Cariola e Miguel Lacabana a complexificação da fragmentação sócio-territorial e alteração dos movimentos de fronteiras urbanas simbólicas (e físicas). Para estes autores, as mudanças institucionais e políticas que se verificam, em que se dá um corte com as formas de vinculação à economia global dos anos 90, em que existe um fortalecimento e democratização do Estado, nomeadamente através da aplicação do conceito de democracia participativa e “protagónica” patente na Constituição Bolivariana de 1999, provocaram o “avanço” territorial (e social) dos sectores populares, por exemplo, através da utilização (e conquista!) de espaços públicos da cidade, antes reservados e exclusivos das elites. Os autores falam-nos de um movimento simultâneo de abertura e fecho de fronteiras urbanas: assiste-se à “emergência dos sectores populares por via da inclusão sóciopolítica que dá lugar a uma ruptura parcial dos *apartheids* residenciais mesmo quando continuam a existir mecanismos de exclusão socio-económica e, por outro lado, a um «retrocesso» dos sectores médios e altos com uma tendência a fortificar os seus guetos residenciais. As fronteiras dos fragmentos urbanos populares tornam-se mais permeáveis, enquanto os outros sectores tendem a bloquear-se dentro dos seus âmbitos residenciais” (Cariola e Lacabana, 2005: 25). Num sentido semelhante ao que Teresa Caldeira nos descreve sobre o Brasil da transição democrática em que os processos de inclusão dos excluídos provocaram um recuo para enclaves privados como forma de resistência à democratização (Caldeira, 2000: 281). Mas além desta deslocação e apropriação territorial por parte dos sectores populares, os processos ligados à efectivação da democracia participativa (dos quais abordaremos, sobretudo, os Conselhos Comunais) parecem também atribuir novos significados ao espaço do “bairro” como território de identidade popular de valorização positiva (La Rosa, 2009), e com mais potencialidades integradoras.

Os Conselhos Comunais

- 15 A ideia de “poder popular” no “processo bolivariano” ganhou uma nova dimensão com a institucionalização dos Conselhos Comunais (CC), em 2006. Para Ulises Castro (2007: 148), os Conselhos Comunais são uma forma de governo comunitário em dois níveis: o autogoverno através da concretização da autonomia e da autogestão, e o co-governo, relacionado com o princípio da co-responsabilidade, ou seja, a co-gestão e a articulação da comunidade com as práticas institucionais. A definição deste autor dos CC integra-se na ideia de uma nova institucionalidade, através da criação de “micro-governos” com as funções de desenvolvimento das potencialidades endógenas da sua comunidade. Para outros autores, as razões para a sua criação são distintas. Thaís Maingon coloca como hipóteses a necessidade

de reafirmação do ideário do “colectivo”, respondendo a necessidades internas do “chavismo” que exigem a criação de espaços comunitários com relativa autonomia, a pouca efectividade do governo para responder a problemas sociais ou, mesmo, o objectivo de diminuir os poderes e níveis de autonomia dos governos locais e regionais (Maingon, 2007: 130).

- 16 O artigo 2 da Lei dos CC (2006)³ define-os enquanto instâncias de participação, articulação e integração entre as diversas organizações comunitárias, grupos sociais e cidadãos e cidadãs, que permitem ao povo organizado exercer directamente a gestão das políticas públicas e projectos orientados a responder a necessidades e aspirações das comunidades na construção de uma sociedade de equidade e justiça social.
- 17 A base populacional para a constituição dos CC é estabelecida pela Assembleia de Cidadãos e Cidadãs, sendo as comunidades constituídas por famílias – os CC podem agrupar entre 200 e 400 famílias em área urbana, a partir de 20 famílias em área rural e a partir de 10 famílias nas comunidades indígenas (ponto 4 do artigo 4). Para Maingon (2007: 131) é a especificidade jurídica, populacional e territorial que os diferencia de outras organizações comunitárias, partindo da concepção de que os espaços geográficos pequenos propiciam a participação. Além da execução e supervisão dos projectos, os CC têm a possibilidade de solicitar e administrar recursos financeiros (provenientes do Estado central e órgãos municipais).
- 18 Ao contrário de várias experiências de auto-gestão urbana em países da América Latina que nascem “espontaneamente” a partir dos movimentos sociais urbanos, a origem e configuração dos CC baseiam-se no estabelecimento de um quadro legal nacional que dota as comunidades territorialmente definidas de competências organizacionais, decisórias e executivas.

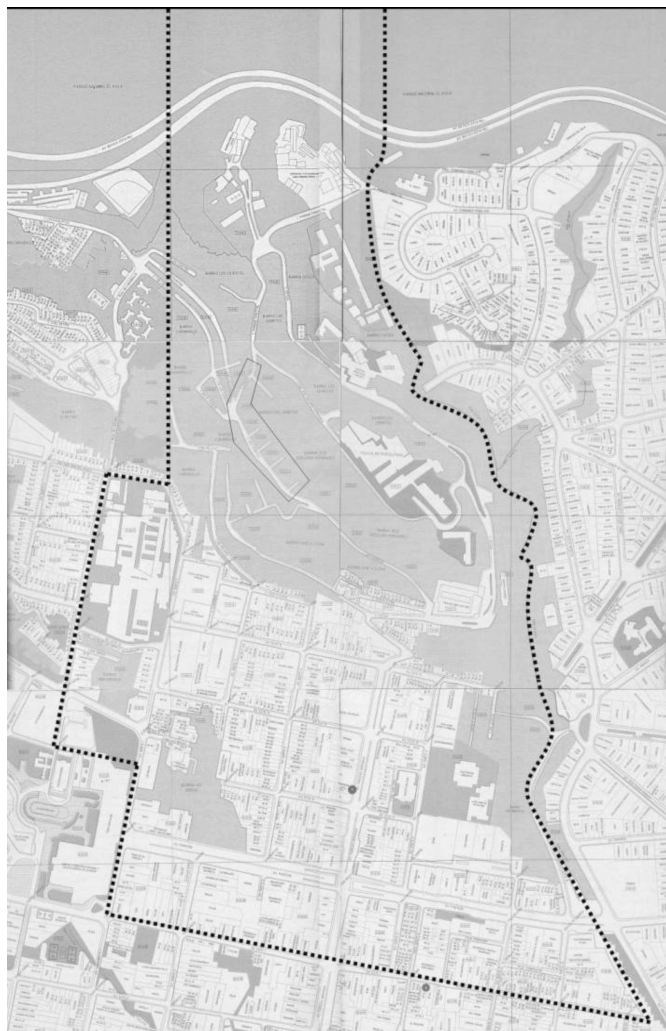
A Comunidade em estudo – “Dos Cerritos”

- 19 Aqui apresentamos o estudo de caso da comunidade do sector “Dos Cerritos” do “Barrio Cotiza”, que formou um CC em 2006, tendo já realizado importantes projectos de melhoramento da infra-estrutura viária e das casas dos seus habitantes. O *barrio* Cotiza situa-se na “Parróquia San José”, estando esta situada numa zona central do Município Libertador e próxima de várias sedes de instituições públicas e poderes políticos nacionais. A “Parróquia San José” é, assim, uma das 12 *parróquias* do Município Libertador e contava, em 2001, com 40 203 habitantes, ou seja, cerca de 2% da população do Município (INE, Gerencia Estatal de Estadística Distrito Capital, 2001).
- 20 Na figura ao lado, podemos observar a Parróquia San José e o Bairro “Cotiza” que é representado no mapa, a norte, por uma grande “mancha cinzenta” praticamente uniforme, confirmando a “invisibilidade” oficial dos *barrios*, representados como zonas indiferenciadas e não cartografáveis. Dentro da zona do “bairro”, delimitámos o sector “Dos Cerritos”, onde realizámos o trabalho.

A Fundação do Bairro

- 21 Os terrenos que hoje formam o *barrio* Cotiza foram sendo “ocupados” por volta dos anos 40 e 50, nos quais os migrantes que chegavam do campo em consequência do chamado “boom petrolífero” foram construindo as suas casas. No entanto, estes terrenos não são invadidos espontaneamente, uma vez que foram cedidos pelos governos municipais para construção habitacional, embora sem o aprovisionamento dos serviços e infra-estruturas adequados. Nos primeiros anos, o *barrio* não tinha serviços sanitários nem de electricidade e as ruas não estavam asfaltadas, ou seja, não reunia condições básicas de habitabilidade.

Figura 3: Divisão administrativa da “Parróquia San José” e delimitação do Sector “Dos Cerritos”



Fonte: Elaboração Própria com base em *Metroguía Caracas XIV Edición*

“Tengo 58 años viviendo acá. Primero viviendo en la casa de mi mamá y ahora en esta casa de propiedad. El gobierno daba las parcelas a través de “Vivienda”. En ese tiempo ya se estaba mudando la gente del campo a la ciudad, entonces casi toda Caracas estaba despoblada y el boom petrolero hizo que todo el mundo se viniera hacia Caracas, y los políticos empezaron a conceder los terrenos para que la gente se estableciera.” (Roberto, 63 años, *Mecánico Industrial*, Vocero *Unidad de Contraloría Social*)⁴

Percepções sobre o bairro – “é melhor malandro conhecido do que malandro por conhecer”

- 22 Em geral, os nossos entrevistados expressam que gostam de viver no *barrio*, apontando para tal razões que se relacionam, sobretudo, com a centralidade do bairro em relação a vários serviços e com a acessibilidade à “cidade” (não necessitam de descer e entrar de *jeep* no bairro), o que parece permitir um movimento relativamente fluído para fora e para dentro das fronteiras físicas que o delimitam. Neste caso, percebemos aqui o modelo fractal de cidade já referido, no qual os espaços de segregação não estão necessariamente nas periferias. Cotiza é o exemplo claro de um “território de exclusão” encaixado no seio do perímetro central do município que é sede dos poderes políticos.
- 23 O problema mais apontado refere-se ao serviço de abastecimento de água e às infiltrações, uma preocupação comum aos habitantes de vários *barrios* da cidade que se defrontam com sistemas hidrológicos relativamente precários. É importante salientar que, quando lhes é pedida uma apreciação sobre o *barrio*, o fazem, frequentemente, por referência a um sentimento de “segurança” e “protecção” (em relação à violência criminal) conquistado pelo tempo de

sociabilização que têm no território e por referência (negativa) a outras hipóteses de territórios habitáveis – o *barrio* do “outro”, do “desconhecido”.

“Sí, me gusta vivir en este barrio. Es mejor malandro conocido que malandro por conocer, como dice un dicho. Ya uno aquí conoce a todo el mundo, ya uno sabe quién es cada quién, lo conocen a uno. En cambio, uno irse a otro barrio, a otro sitio donde no lo conozcan, aquí yo me puedo meter a la 1, a las 2, a las 3 de la mañana, a la hora que sea y ya me conocen. No lo puedo hacer igual en otro lado porque no sé quién me va a salir por ahí. Y es una zona que tú sabes que agarras tu camioneta, no tienes que estar subiendo cerro, no es muy complicado para vivir, y tienes muchas cosas cerca, tienes bodegas, abastos, supermercado, carnicería, panadería, hay todo.” (*Olga, 31 años, comerciante bodega, Moradora 5.º Callejon*)

Insegurança e Abandono do Espaço Público – “Depois das 10, 11 da noite, não é bom estar na rua”

- 24 Os moradores do bairro referem, na sua maioria, que hoje o *barrio* está muito menos inseguro do ponto de vista da criminalidade do que “há uns tempos” (este espaço temporal varia de meses a anos) e que se pode viver “tranquilamente”. Outros falam, declaradamente, de insegurança. Os discursos são muitas vezes contidos e, pensamos, “auto-controlados” quando se fala de criminalidade, pelo óbvio receio de comentar o tema.

“Hace 20 años atrás sí había un poquito de inseguridad aquí en el barrio, habían muchos muchachitos mala conducta, pero ya ahora no. De hace tres años para acá esto es una maravilla. Puedes estar tranquila sentada allá afuera. Antes no se podía, era peligroso, había problemas de muchachos de este sector con los de allá arriba, y había mucho armamento, pero hoy en día no. (...) Muchos jóvenes se murieron. Muchachitos entre 16 y 20 años, por aquí, yo calculo, se murieron más de 300 niños, de esa edad. Se perdió esa juventud. Esa fue una época, creo que por falta de gobierno, de crearle conciencia y orientación a los niños.” (*Alberto, 51 años, Ferreiro, Morador na Calle Real*)”.

- 25 É importante salientar que a violência entrelaça-se fortemente com a história da comunidade, devido à morte de gerações de jovens e à forma como constrói as histórias familiares.

“Sí, hay inseguridad y sí, hay miedo, de repente, en otro sitio, en otro barrio, en otros callejones, que vienen para acá, claro uno siente miedo. Pero, de la gente por aquí no. En precaución es no llegar tan tarde. Lo máximo que yo llego, en mi caso especial, es a las 10 de la noche, pero después de las 10, 11 de la noche no es bueno estar en la calle”. (*Claudia, 53 años, Administrativa, Moradora Calle Real*)

- 26 Existe uma tendência para o recuo para o espaço privado em momentos em que a rua pode ser “insegura”, como a noite, sendo o sentimento de insegurança fortemente estruturador e organizador das práticas quotidianas. Esta “restrição” na utilização do espaço público poderá ser fortemente condicionadora das práticas de participação e permite-nos concluir que a apropriação do espaço público será sempre parcial e planificada.

Usos e Apropriações do Espaço Público do Bairro – “Todas as decisões são tomadas na rua, não numa casa. A essência própria das pessoas é a rua”

- 27 De forma aparentemente paradoxal aos discursos sobre a rua como “território inseguro”, o convívio na rua parece, simultaneamente, estar normalizado como prática de vários habitantes do bairro, como meio de reforçar os laços de sociabilidade. É-nos referido que o espaço da rua é utilizado como forma de sociabilização, em oposição ao espaço privado da casa, que parece estar mais reservado à família. Mas o espaço público “rua” é também percebido como elemento congregador da comunidade, por ser o espaço organizador de uma rede social de apoio vicinal.

“La gente en los barrios comparte más en la calle que dentro de las casas. Yo soy una persona que muy poca gente me visita aquí en mi casa, yo tengo más trato con la gente en la calle. Aquí en Venezuela es así. La gente tiene más compartimiento, más compartir con la gente en la calle que en la casa. (...) Sí, paso tiempo en la calle, más que todo los fines de semana, porque los días de semana no, porque todo el tiempo de mi trabajo a mi casa. Sí, se habla por ejemplo con la vecina. En toda la entrada del callejón hay una muchacha que tiene una cuestión de teléfonos, yo a veces

me siento ahí a conversar con ella, y conversamos en la calle porque ella nunca ha venido para mi casa.” (Pilar, 45 anos, *Cozinheira, Moradora Callejon Forestal*).

28 Mas o que nos parece aqui importante salientar, porque pensamos tratar-se de uma transformação recente, é que a actividade do Conselho Comunal funciona também como forma de resgate, apropriação e “organização colectiva” do espaço público. Num contexto em que as práticas associadas ao espaço público são moldadas por estratégias de abandono individual devido a sentimentos de insegurança, parece-nos evidente que qualquer estratégia de ocupação deste espaço que seja mobilizadora, terá sempre de ser colectiva. Diz-nos Indovina – “um decréscimo do papel social e de socialização da cidade tende a incrementar a insegurança, pois deixa mão livre e espaço a comportamentos que geram insegurança” (Indovina, 2002: 122). Os moradores do bairro descrevem-nos estes processos de apropriação colectiva do espaço público:

“Se llama *radio de calle abierta* porque los vecinos nos reuníamos los domingos, sacábamos una corneta, un equipo de sonido y transmitíamos las noticias de lo que pasaba en el barrio. Había 3 o 4 personas que empezaron a participar, a través de la señora Victoria. Es lo que llamamos radio abierta y que queremos constituir en radio comunitaria”. (Esteban, 62 anos, *chefe de cozinha reformado, Vocero Comunicación*).

Figura 4: Sessão da *radio de calle abierta* no sector “Dos Cerritos” (fotografia fornecida pelo Conselho Comunal “Dos Cerritos”, Julho 2008)



“Participan en las Asambleas aproximadamente 100, 80 personas, eso dependiendo. Pero, como se hace en día de semana, la gente aprovecha. Mucha de la gente es notificada por escrito de lo que se va a realizar en la Asamblea, ellos verifican y leen su notificación, y si están de acuerdo firman, sino no. (...) Todas las decisiones se toman en la calle, no se hacen en una casa. La propia esencia de la gente que es la calle. Que vean que uno está tomando decisiones sin que otro manipule ni haga cosas extrañas con las decisiones.” (Mário, 30 anos, *Desempregado, Vocero Unidade Gestão Financeira*).

Figura 5: Assembleia de Cidadãos e Cidadãs na Calle Real (fotografia fornecida pelo Conselho Comunal “Dos Cerritos”, Setembro 2007)



- 29 Assim, a realização das Assembleias do Conselho Comunal no espaço público não pode estar dissociada de um referente simbólico colectivo em que o espaço da “rua” é percebido como garante de transparência e democraticidade do funcionamento do Conselho Comunal, em oposição às actividades realizadas “dentro de casa”, no espaço doméstico, ocultas, escondidas e, potencialmente, suspeitas.

Ruptura parcial das fronteiras urbanas através da inter-institucionalidade

- 30 O movimento nas fronteiras simbólicas (e físicas) de Cotiza/Avenida é percebido pelos nossos entrevistados como unidireccional – quem não é da comunidade, não ultrapassa o limite pois percebe a zona como “zona roja” (o exemplo mais mencionado é o dos taxistas que se recusam a entrar em Cotiza). Neste caso, a abertura das fronteiras urbanas tem um sentido único.

“Supongamos que yo vaya a una reunión y a las 11 de la noche yo agarre un taxi para acá y no viene, por miedo. Claro, lo que pasa es que, el barrio no, el sector en sí agarra fama, porque, claro, antes Cotiza era zona roja, y le quedó esa fama. Pero ahora no, aunque la gente de afuera le da miedo venir para acá. (...) Hay gente de la Avenida que le da miedo entrar en Cotiza, aunque no le pasaría nada, “yo voy si tú me llevas”, sólo para acá no entra. Si nunca han venido, y escuchan que esto tiene fama, entonces, nunca vienen.” (*Gilda, 63 anos, Emplegada Doméstica, Vocera Comité Servicios*).

- 31 No entanto, podemos afirmar que existe uma ruptura parcial das fronteiras urbanas, uma vez que a constituição de organizações comunitárias, como os Conselhos Comunais, permite que as diversas instituições encontrem um “interlocutor” da comunidade e, portanto, permite que estas se “aproximem” do *barrio*, quebrando um isolamento sócio-territorial. No nosso caso, é exemplo disto o trabalho realizado por estudantes de Medicina e Comunicação Social na comunidade (por intermédio do CC), as actividades co-organizadas entre o CC e diversas entidades (“jornadas jurídicas”, mercados...). Neste sentido, o território do *barrio* é frequentado por representantes institucionais, não sem que a sua presença seja muitas vezes impossibilitada por condições de segurança, como os próprios afirmam.

“Tenemos la atención de los Entes, ellos nos apoyan mucho en lo que es planificar la ejecución de las partidas presupuestarias. El CLPP, de la Alcaldía Libertador, el CMPP, Consejo Metropolitano de Políticas Públicas de la Alcaldía Mayor, son los principales Entes que llegaron a nosotros, nos dieron Talleres. Cuando uno plantea ante ellos, tenemos tal necesidad, ellos con sus especialistas vienen a la comunidad, toman los diferentes puntos de vista, y luego nos reunimos en mesas de trabajo.” (*Mário, 30 anos, Desempleado, Vocero Unidad Gestión Financiera*).

Reflexões Finais

- 32 No caso estudado, os espaços públicos internos do *barrio* parecem estar a desempenhar um papel de integração por se terem transformado no espaço de encontro, de sociabilidade, de reconhecimento das diferenças entre os habitantes, de valorização e construção de identidades positivas em relação à história da comunidade. Neste sentido, poderemos falar de processo de construção e reconstrução da cidadania urbana, política, social, cultural e aprofundamento da democracia nos espaços excluídos e segregados. Embora saibamos que esta relação com a “rua” é sempre dual, planificada estrategicamente, cautelosa, porque a “rua” significa em diversas ocasiões o lugar da violência.
- 33 As fronteiras urbanas do *barrio* estarão mais permeáveis para os “outros”, para o que muito contribuiu a existência de um interlocutor representante da comunidade, o Conselho Comunal, o que poderá permitir claramente uma visibilização e integração do bairro na cidade.
- 34 Por outro lado, à cidade de Caracas, fragmentada e heterogénea, tenderemos a associar modos de vida urbanos anónimos e segmentados, no sentido dado por Louis Wirth (1938), com o esmorecimento da vida comunitária. Assim, de forma surpreendente, o espaço público “rua” parece ainda ser o elemento organizador de uma “rede comunitária e vicinal”. Neste caso, mas também neste espaço temporal, assistimos não à substituição das redes comunitárias pelas redes relacionais (Gottdiener, 1993, 1985: 264), processo tradicional da contemporaneidade metropolitana, mas possivelmente à sobreposição dos dois tipos de redes. Este caso confirma-

nos, também, que não existe uma única “mentalidade metropolitana”, mas sim uma variedade de práticas cidadinas em diversas situações, uma vez que os habitantes da cidade têm pertencas múltiplas (Ascher, 1998: 79). Os habitantes de Cotiza quando integrados no fluxo da cidade geral (fora do *barrio*, nos locais de trabalho...) tenderão a seleccionar as redes em que se movimentam com critérios específicos. Mas não será por isso que não reconhecem e se identificam com a sua “rede de lugar”, ou seja, a sua rede comunitária. Para que esse reconhecimento da identidade comunitária se verifique – o qual tem expressão visível nos espaços públicos – não serão alheios dois aspectos: por um lado, o ainda forte enclausuramento territorial do *barrio*; por outro, os encontros entre a comunidade, que a existência do próprio Conselho Comunal parece propiciar.

Bibliografia

- ANTILLANO, A. (2005), “La lucha por el reconocimiento y la inclusión en los barrios populares: la experiencia de los Comités de Tierras Urbanas”, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, n.º 3, pp. 205-218.
- ASCHER, F. (1998), *Metapolis. Acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta.
- BORJA, J. (2003), *La Ciudad Conquistada*, Madrid, Alianza Editorial.
- BARRIOS, S. (2001), “Áreas metropolitanas: ¿qué ha cambiado?: La experiencia de la Caracas Metropolitana”, *EURE*, n.º 80, vol. 27, Santiago, pp. 59-86.
- CALDEIRA, T. (2000), *City of Walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo*, Berkeley, University of California Press.
- CARIOLA, C. e M. Lacabana (2005), “Los bordes de la esperanza: nuevas formas de participación popular y gobiernos locales en la periferia de Caracas”, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, n.º 1, vol. 11, pp. 21-41.
- CARIOLA, C. e M. Lacabana (2001), “La metrópoli fragmentada: Caracas entre la pobreza y la globalización”, *Revista EURE*, Maio, Santiago.
- CASTRO, A. (2002), “Espaços Públicos, Coexistência Social e Cividade. Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos”, *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 5, Lisboa, CET/ISCTE, pp. 53-67.
- CASTRO, U. (2007), “La Revolución se llama pueblo, potencia rebelde” in G. Castro (coord.), *Debate por Venezuela*, Caracas, Editorial Alfa/Escuela de Sociología FACES/UCV, pp. 148-168.
- CONSEJO METROPOLITANO DE PLANIFICACIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2008), *Informe: Diagnóstico Participativo del Consejo Comunal Dos Cerritos, Parróquia San José, Municipio Libertador*, Caracas, CMPPP.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA (24 de Março de 2000).
- GARCÍA-GUADILLA, M. (2006), “Organizaciones Sociales y Conflictos sociopolíticos en una sociedad polarizada: las dos caras de la democracia participativa en Venezuela”, *América Latina Hoy*, n.º 42, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 37-60.
- GOTTDIENER, M. (1993, 1985), “Comunidade, Liberação e Vida Cotidiana” in *A Produção Social do Espaço Urbano*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, pp. 263-290.
- HELLINGER, D. (2008), “Como entiende el «pueblo» la democracia protagónica? Resultados de una encuesta”, *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, n.º 1, vol. 14, pp. 153-181.
- INDOVINA, F. (2002), “O Espaço Público: Tópicos sobre a sua mudança”, *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 5, Lisboa, CET/ISCTE, pp. 119-126.
- LA ROSA, I. (s/d), *El Barrio como espacio de arte, cultura y ciudad. Construyendo Visión Compartida para la parroquia El Valle*, in <http://www.eltiuna.org/proyecto/881> (consultado a 6 de Abril de 2009).
- LEY DE LOS CONSEJOS COMUNALES (2006), Caracas, Gaceta Oficial n.º 38.421.
- MAINGON, T. (2007), “Consejos Comunales, Ciudadanía, Estado e Poder Popular” in G. Castro (org.), *Debate por Venezuela*, Caracas, Editorial Alfa/Escuela de Sociología-FACES/UCV, pp. 126-145.
- NEGRÓN, M. (1991), “De pobladores a ciudadanos: Una discusión sobre las relaciones entre democratización y procesos de urbanización a partir de la experiencia venezolana”, *América Latina Hoy Revista de Ciencias Sociales*, n.º 1, Salamanca, Universidad de Salamanca, pp. 81-89.

RAY, T. (1969), *The Politics of the Barrios of Venezuela*, Berkeley-Los Angeles, University of California Press.

RIBEIRO, L. (2003), “Segregação Residencial e Políticas Públicas. Análise do Espaço Social da Cidade na Gestão do Território”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 6, Junho, Lisboa, CET/ISCTE.

WIRTH, L. (1979, 1938), “O urbanismo como modo de vida”, in O. Guilherme Velho (org.), *O Fenómeno Urbano*, Rio de Janeiro, Guanabara, pp. 90-113.

Anexo

Sites Consultados

www.cne.gov.ve – Consejo Nacional Electoral

<http://www.ine.gov.ve/> – Instituto Nacional de Estadística

Notas

- 1 Todas as traduções de citações são da nossa autoria.
- 2 Embora existam diversos barrios no Este, de que é exemplo Petare.
- 3 Actualmente, existe uma nova “Lei Orgânica dos Conselhos Comunais”.
- 4 Os nomes dos entrevistados são fictícios.

Para citar este artigo

Referência eletrónica

Inês Zuber, « Participação e apropriação do espaço público – um estudo de caso num *Barrio* de Caracas », *Forum Sociológico* [Online], 18 | 2008, posto online no dia 20 Julho 2012, consultado o 19 Fevereiro 2013. URL : <http://sociologico.revues.org/246>

Referência do documento impresso

Inês Zuber, « Participação e apropriação do espaço público – um estudo de caso num *Barrio* de Caracas », *Forum Sociológico*, 18 | 2008, 39-47.

Autor

Inês Zuber

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – ISCTE ineszuber@gmail.com

Direitos de autor

© CESNOVA

Resumos

Os habitantes do Sector “Dos Cerritos” do *barrio* de Cotiza, em Caracas, vivem no espaço fragmentado de uma cidade social, económica e politicamente segmentada. Tal como em todos os “barrios” da cidade, habituaram-se a viver em espaços percebidos pelos “outros” como indiferenciados, invisíveis e não cartografáveis. À condição de invisibilidade do *barrio* é acrescentada a condição de dupla autofortificação, uma vez que (1) o fluxo entre as fronteiras do bairro e a “cidade” é maioritariamente de sentido único (de dentro para fora e quase nunca o contrário) e que (2) os espaços domésticos são valorizados em detrimento da utilização do espaço público, devido, entre vários motivos, à existência de um forte sentimento de

insegurança. Neste artigo pretendemos entender como a constituição de um Conselho Comunal contribuiu para o resgate, apropriação e “organização colectiva” do espaço público bem como para a permeabilização das fronteiras urbanas (simbólicas e físicas).

The inhabitants of “Dos Cerritos” area of the Cotiza *barrio*, in Caracas, live in the fragmented space of a city social, economical and politically segmented. As in all the “barrios” of Caracas, they got used to live in spaces recognized by “others” as undifferentiated, invisible and uncharted in the official cartography. Adding to the condition of invisibility of the *barrio* is the condition of double auto-fortification, since (1) the flow between the boundaries of the *barrio* and the “city” is mainly in one direction (inside-out and rarely the opposite); and (2) the domestic spaces are valued, among several motives, because of a embedded strong feeling of insecurity, that goes up against the use of the public space. In this article, we intend to understand how the constitution of a “Consejo Comunal” contributed to the redemption, appropriation and “collective organization” of the public space as well as to the “permeabilization” of the urban boundaries (symbolic and physical).

Entradas no índice

Keywords : city, Caracas, public space, participation

Palavras chaves : cidade, Caracas, espaço público, participação